



Modelo de exploração de floresta é alternativa sustentável



A exploração de florestas a partir do modelo de Exploração de Impacto Reduzido é menos prejudicial ao meio ambiente que a técnica de Exploração Convencional. A conclusão é do engenheiro florestal Tito Nunes de Castro, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba. “A exploração de impacto reduzido é melhor que a tradicional. Vimos nas parcelas de terra analisadas que elas se recuperaram completamente da exploração em cerca de 39 anos, enquanto que na exploração convencional nem foi possível se fazer essa estimativa, porque o tempo necessário é muito mais longo”, diz. Castro pesquisou o tema em seu mestrado, realizado sob a orientação do professor João Luis Ferreira Batista, da Esalq. A defesa ocorreu em fevereiro deste ano.

O pesquisador analisou os dados obtidos pelo professor Edson José Vidal da Silva, também da Esalq, que desde 1993 analisa uma floresta do nordeste estado do Pará, no município de Paragominas. Foram coletadas informações nos anos de 1993, 1994, 1995, 1996, 1998, 2000, 2003, 2006 e 2009. Dentre eles estavam o diâmetro das árvores e o nome popular das espécies, sendo o volume da floresta calculado a partir desses dados.

A exploração de impacto reduzido surgiu com a finalidade de diminuir as consequências negativas que a extração de madeira causa na floresta. Com isso, ela se regeneraria melhor e mais rápido, o que faria com que o período de corte pudesse ser diminuído, chegando-se assim a um extrativismo sustentável. A área que vai ser explorada é delimitada e analisada previamente, quando se verifica o diâmetro das árvores. “As árvores só estão aptas para serem comercializadas quando têm 50 centímetros (cm) de diâmetro, conforme a legislação. Vimos que nesse tipo de extração, o volume total da floresta se recupera em cerca de 8 anos, mas o volume de árvores comerciais demora mais tempo para se regenerar chegando a um ciclo de aproximadamente 39 anos.”

Já a exploração convencional, que é mais utilizada em toda a região amazônica, é feita sem um planejamento. “As árvores são escolhidas aleatoriamente, não é feito um estudo prévio de onde se deve preservar e de onde se pode explorar. Quando as árvores são cortadas, acabam derrubando as outras que estão ao seu redor, aumentando o impacto sobre a floresta. Pela falta de planejamento, algumas toras acabam sendo perdidas”, conta.

Atualmente a Instrução Normativa nº 5 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), datada de 2006, especifica o período mínimo e máximo de intervalo entre os ciclos de corte. O Artigo 5º, inciso II infere um “ciclo de corte inicial de, no mínimo, 25 anos e de, no máximo, 35 anos para o Plano de Manejo Florestal Sustentável Pleno e de, no mínimo, 10 anos para o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Baixa Intensidade”.

Castro diz que alguns princípios silviculturais, que satisfazem as indústrias madeireiras, vigoram na prática. Dentre eles o intervalo entre os ciclos de corte entre 25 e 35 anos. Contudo, este estudo mostra que esse tempo é insuficiente para a regeneração total da floresta, já que, em ambos os processos, a

floresta demorou mais de 35 anos para recuperar a população de árvores comerciais – ou seja, árvores de interesse comercial com mais de 50 cm de diâmetro e, portanto, aptas para o corte.

É fundamental, então, que se faça um planejamento que cubra o território dessas florestas, identificando em que pontos ela está recuperada e pode ser explorada novamente. “Por meio do modelo de impacto reduzido é possível se chegar a uma extração sustentável, mas é preciso que novos estudos sejam realizados porque ainda são muito poucos atualmente. É preciso estudar técnicas que consigam fazer com que as árvores cresçam mais rápido ou que a legislação defina um tempo maior para o ciclo de corte do que é usual hoje em dia”, pontua o engenheiro florestal. (AUN)